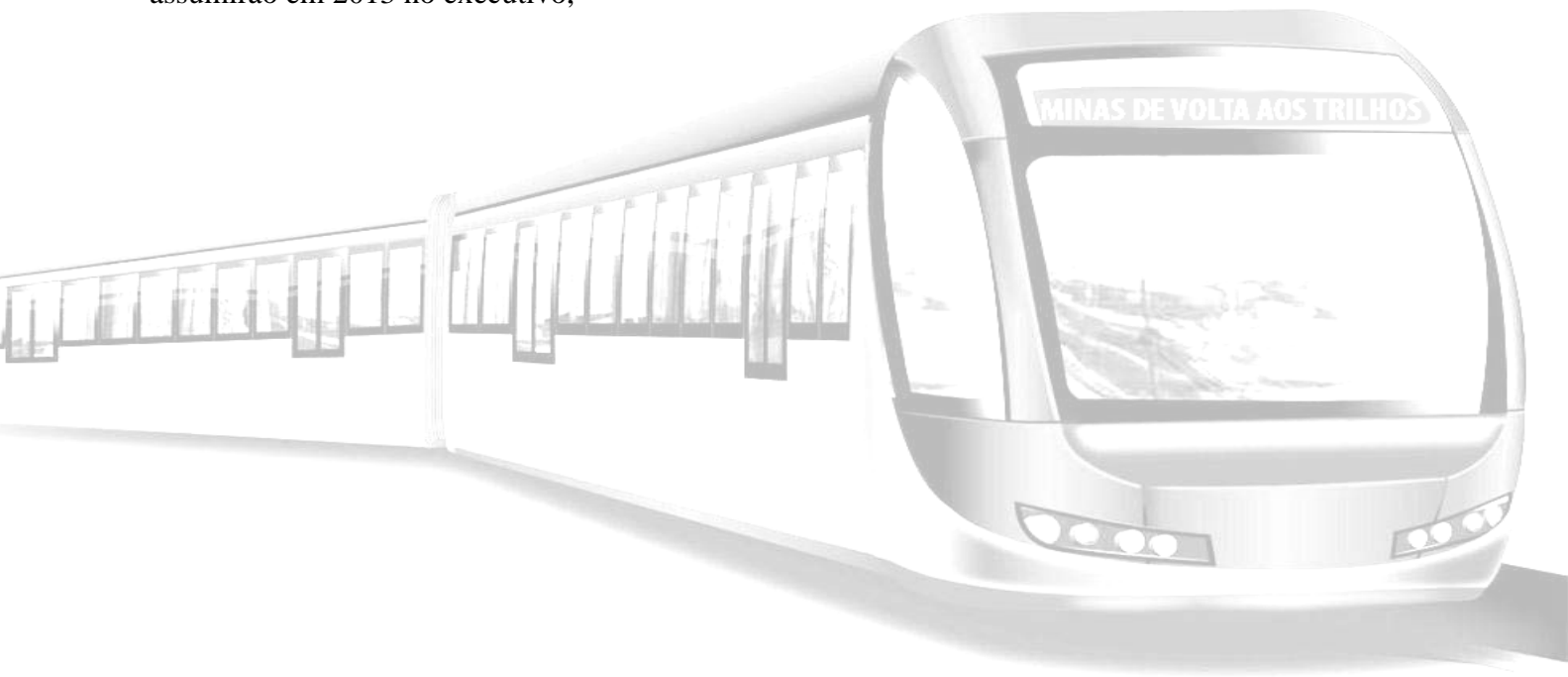




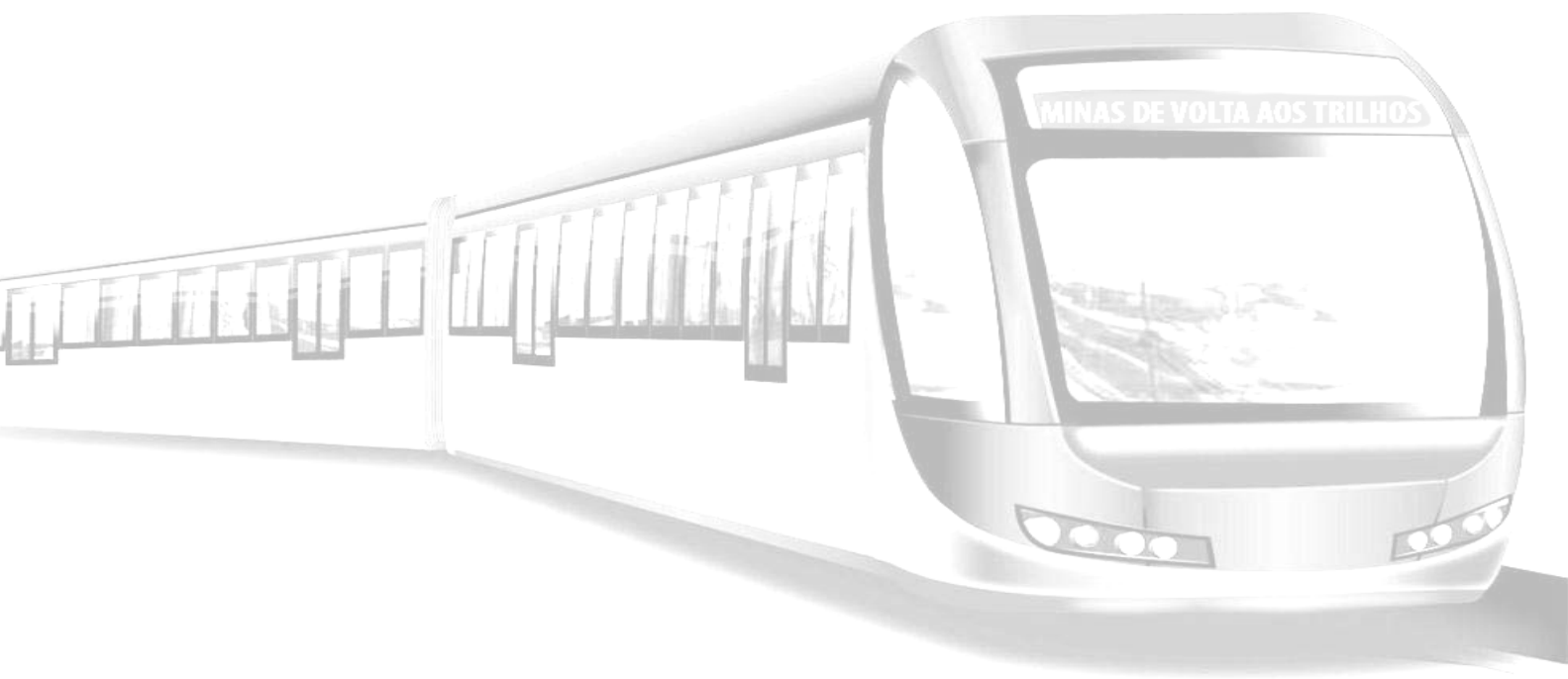
CARTA DE BELO HORIZONTE

As lideranças políticas presentes e as lideranças das entidades signatárias desta Carta e vinculadas à preservação e revitalização ferroviária, que se fazem presentes aqui sob a demanda do CFVV e da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, além dos (as) demais participantes desta “**Audiência Pública sobre os trens turísticos no estado de Minas Gerais**”, realizada no dia 23 de agosto de 2010, em Belo Horizonte capital, deliberaram encaminhar este documento às autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo, com destaque para aquelas vinculadas aos setores de turismo, de cultura, de transportes e outras áreas dos governos federal, estaduais e municipais, incluindo as autoridades que assumiram seus mandatos ou cargos a partir de 2011 no legislativo e assumirão em 2013 no executivo,



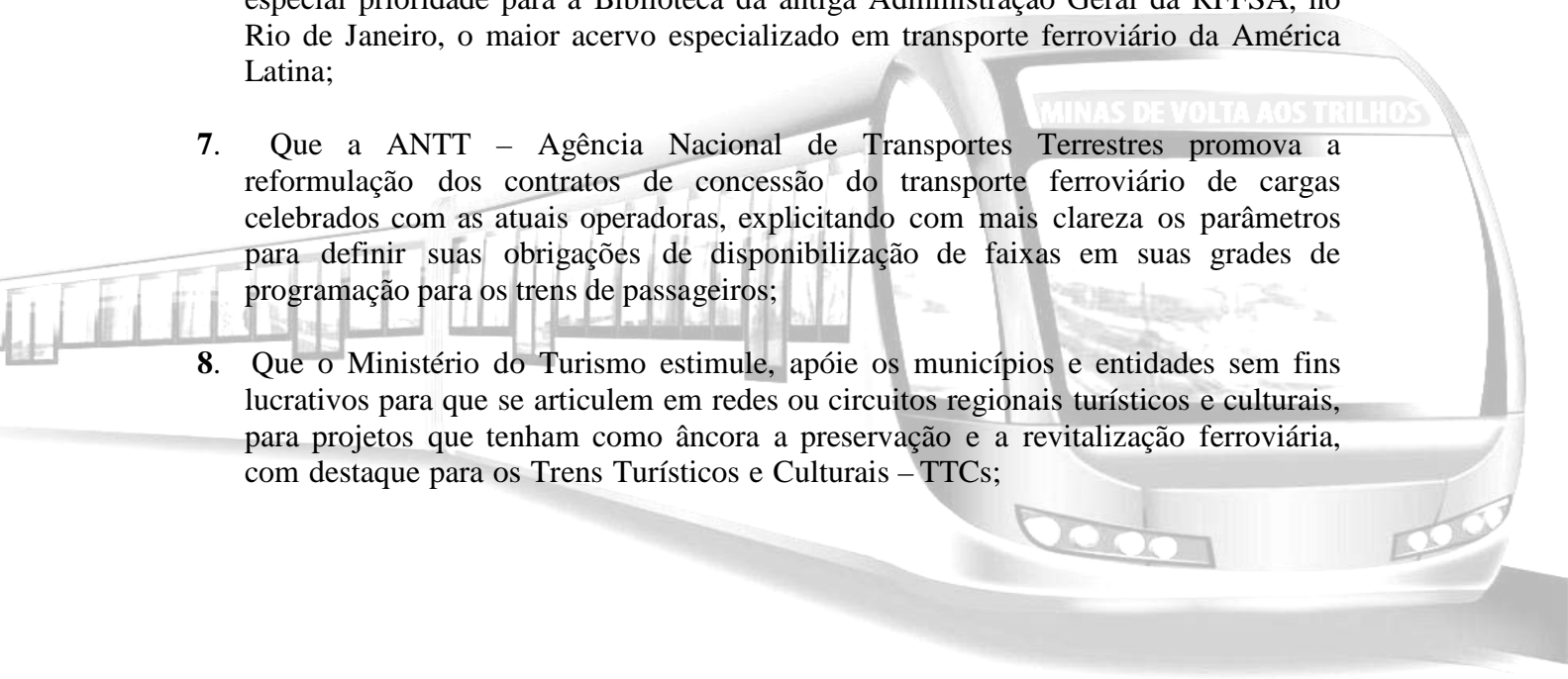
CONSIDERANDO:

- a) a importância que o Governo Federal vem dedicando atualmente ao setor de transporte ferroviário;
- b) **a grande importância da malha** ferroviária nacional, que permitiu a ocupação, deslocamento e o desenvolvimento de cidades e populações, encontrando-se na atualidade, porém, em boa parte relegada a somente promover o Transporte de cargas;
- c) que existem atualmente mais de duas dezenas de Trens Turísticos e Culturais – TTCs, operando no Brasil, gerando emprego e renda para milhares de pessoas, transportando mais de 2,5 milhões de passageiros por ano, em antigas linhas, em sua maioria literalmente abandonadas pelas atuais concessionárias de cargas;
- d) que as atividades desses TTCs podem ser ampliadas, gerando mais empregos e renda, desde que haja estímulo e apoio por parte dos Governos Federal e Estaduais;
- e) que existe uma enorme e diversificada quantidade de ativos ferroviários, com destaque para estações ferroviárias desativadas ou apenas parcialmente em uso, carros de passageiros e vagões abandonados e em processo de destruição, vandalismo ou furto, os quais podem se transformar em espaços culturais e equipamentos urbanos para promover a cidadania, a inclusão social, a cultura e a preservação do patrimônio público ferroviário,
- f) A relevância da ferrovia e das práticas culturais a elas associadas na formação da memória, da história e da identidade da população brasileira e, notadamente, para os mineiros,
- g) A grande importância de malha ferroviária nacional que permitiu a ocupação, desenvolvimento de cidade e populações...
- h) Os números da ociosidade da malha privatizada no Brasil fazem um total de: **(28.465km)**, cerca de **56% (16.000km)** estão **ociosos/subutilizados** e/ou sem condições de trafegabilidade (**roubo de trilhos pelo abandono**). Ou seja, somente **44% (13 mil km)** estão em operação efetiva. Da malha total de **28.465** km. De onde se conclui que **muitas destas linhas hoje infelizmente ociosas, poderiam estar com TTCs operando nesses trechos, dinamizando** Turismo local, gerando emprego, renda além de devolver a dignidade a centenas de milhares de famílias.



PROPÕEM:

1. Que sejam agilizados por parte da SPU – Secretaria do Patrimônio da União, do DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte e da Inventariança da Extinta RFFSA, os processos e procedimentos de cessão da posse ou propriedade dos bens não operacionais da extinta RFFSA para as Prefeituras Municipais e entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, para a preservação da memória ferroviária e para projetos que contribuam para o desenvolvimento da cultura e do turismo, na forma estabelecida pelo Decreto nº 6.769, de 10 de fevereiro de 2009, do Exmo. Sr. Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, de 11 de fevereiro de 2009;
2. Que os Governos Federal e Estaduais estimulem, apóiem e fiscalizem as Prefeituras Municipais e entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, para que, ao receberem a posse ou propriedade dos citados bens, assumam formalmente e cumpram o compromisso de restaurar, proteger e preservar os citados bens, utilizando-os exclusivamente para fins e atividades relacionados com os objetivos mencionados no Decreto nº 6.769, de 10 / 02 / 2009;
3. Que continuem a ser acompanhados pelo Ministério Público Federal e pelos Ministérios Públicos Estaduais os processos de urgente proteção e destinação dos citados bens, responsabilizando, por ação ou omissão, as autoridades que retardem os procedimentos de entrega dos bens, colocando em risco sua integridade e seu uso a serviço da comunidade;
4. Que o IPHAN de acordo com a finalidade na Lei de Criação, possa contribuir na preservação e no zelo dos bens tombados a nível federal da extinta RFFSA de propriedade do DNIT e SPU, devido a sua real importância histórica.
5. Que a Inventariança da Extinta RFFSA implementem urgentes providências para inventariar acervo documental da Extinta RFFSA para do devido sucessor, visando a restauração, a higienização e a adequada guarda dos mesmos que em situação de grave risco de progressiva deterioração e até mesmo de perda total e irreparável;
6. Que o Governo Federal, através da Biblioteca Nacional desenvolvam imediatas ações para a catalogação, a restauração, a higienização, a adequada guarda e a disponibilização para o público, do acervo das bibliotecas da Extinta RFFSA, com especial prioridade para a Biblioteca da antiga Administração Geral da RFFSA, no Rio de Janeiro, o maior acervo especializado em transporte ferroviário da América Latina;
7. Que a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres promova a reformulação dos contratos de concessão do transporte ferroviário de cargas celebrados com as atuais operadoras, explicitando com mais clareza os parâmetros para definir suas obrigações de disponibilização de faixas em suas grades de programação para os trens de passageiros;
8. Que o Ministério do Turismo estimule, apóie os municípios e entidades sem fins lucrativos para que se articulem em redes ou circuitos regionais turísticos e culturais, para projetos que tenham como âncora a preservação e a revitalização ferroviária, com destaque para os Trens Turísticos e Culturais – TTCs;



9. Que a histórica **Estação Barão de Mauá / Leopoldina**, no Rio de Janeiro, já tombada pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro, seja objeto de atenção pelos Governos Federal e Estadual, objetivando a:

- 9.1 – restauro e requalificação de suas instalações, ora em fase de avançada degradação;
- 9.2 – não permissão de ocupação de suas instalações por instituições alheias ao universo ferroviário;
- 9.3 – implementação, em seu complexo, do **Museu Ferroviário Nacional**, incorporando imediatamente o Museu do Trem do Rio de Janeiro, atualmente fechado e abandonado, no bairro do Engenho de Dentro;

10. Que o projeto EXPRESSO PAI DA AVIAÇÃO em Juiz de Fora, EXPRESSO VALE VERDE no sul de Minas, O VLT DE SETE LAGOAS, O TREM DAS CACHOEIRAS DE RIO ACIMA, bem como outros que estão em estudo e que precisam de equipamentos OU RECURSOS do DNIT e SPU – Secretaria de Patrimônio da União, sejam incluídos pelo Governo Federal no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento;

- 1. Que outros projetos em vias, ou já com estudo de viabilidade prontos ou aguardando recursos, sejam priorizados e tenham apoio dos órgãos públicos federais, dos governos estaduais e dos órgãos municipais
 - a. VLT entre Ribeirão Vermelho e Carrancas – (Trem Turístico Expresso Vale Verde)
 - b. VLT entre Sete Lagoas e Belo Horizonte (Trem de passageiros e turismo)
 - c. VLT entre varginha, três corações, Lavras e Belo Horizonte (O Trem do ET - passageiros regular)
 - d. Maria Fumaça de Pouso Alegre - Turístico
 - e. Maria Fumaça de Rio Acima - Turístico
 - f. VLT de Belo Horizonte Aeroporto confins em análise (Metro).
 - g. Projeto Pai da Aviação – Trem da OSCIP amigos do trem de Juiz de Fora.
 - h. Viabilizar investimentos em projetos culturais que visem utilizar espaços ferroviários abandonados, como estações e pátios, oficinas, casarões e outros imóveis da antiga RFFSA sem uso. Bem carros e vagões abandonados depois da privatização, que servirão como vagões escola, laboratórios ou pontos de informações turísticas a serviço das comunidades.

11. Que, de semelhante modo, o projeto de reativação da ligação ferroviária entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, o chamado **“Expresso Imperial”**, seja também incluído pelo Governo Federal no PAC, e que o Governo do Estado do Rio de Janeiro libere os recursos de dotação orçamentária específica para sua implantação, aprovada pela ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

12. Que o Ministério dos Transportes, o Ministério do Turismo, o Ministério da Cultura, o SEBRAE, a ANTT, o DNIT, a SPU, as Secretarias Estaduais de Cultura e do Turismo e as Prefeituras Municipais apoiem e facilitem a implantação e a operação de projetos de novos trens turísticos e culturais, por sua expressiva contribuição para a preservação da memória ferroviária, para a revitalização do transporte de pessoas sobre trilhos, para o desenvolvimento do turismo e para a geração de emprego e

renda, envolvendo as entidades de preservação e revitalização ferroviária, incluindo as Operadoras de TTCs, na formulação de planos, programas e projetos;

13. Que os estudos, pesquisas e experiências com a utilização de **tecnologia de levitação magnética, em desenvolvimento na UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro / COPPE - Coordenação de Programas de Pesquisa e Pós-Graduação em Engenharia, recebam das autoridades governamentais o apoio necessário e que sejam analisados como possível alternativa em novos projetos ferroviários, servindo alternativas de integração às estações do TAV – Trem de Alta Velocidade Rio / São Paulo / Campinas e de projetos de utilização de VLTs – Veículos Leves sobre Trilhos como soluções para integração entre linha principal e linhas de alimentação.

14. Que o Governo Federal retome o estudo / projeto “Trens Regionais de Passageiros”, encomendado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES à UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro / COPPE – Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia, que foi paralisado pouco após a sua divulgação, em virtude principalmente dos seguintes fatos:

14.1 - ausência de linhas de financiamento específicas e diferenciadas para as Operadoras de TTCs realizarem investimentos em via permanente e na reforma de material rodante, sobretudo no que tange à aquisição de trilhos e dormentes e reforma de locomotivas, carros de passageiros e vagões, itens esses atualmente não contemplados com o apoio do BNDES;

14.2 - inexistência no país de fabricantes de material rodante (VLTs Veículos Leves sobre Trilhos), com exceção da empresa Bom Sinal, que produziu o VLT do Cariri, no Ceará, que opera há 1 (um) ano com grande sucesso;

14.3 - falta de flexibilidade das atuais operadoras de cargas que dificultam ou não permitem que os TTCs trafeguem em suas linhas, muitas delas com baixa intensidade de tráfego;

15. Que o Governo Federal, através do DNIT e SPU facilite a **cessão não onerosa** de Ativos Ferroviários não operacionais em equipamentos públicos, por meio de projetos como Estações da Cidadania, Centros de Oportunidades Profissionais, Centros Ferroviários de Cultura e assemelhados.

16. Que o DNIT e SPU, agilizem o retorno para as suas origens dos ativos ferroviários (material rodante, móveis, objetos, utensílios, mapas, documentos, livros etc.) ora armazenados ou localizados em lugares distintos de sua origem, quando houver solicitação expressa de prefeituras, associações de classe, entidades preservacionistas, e outros interessados.

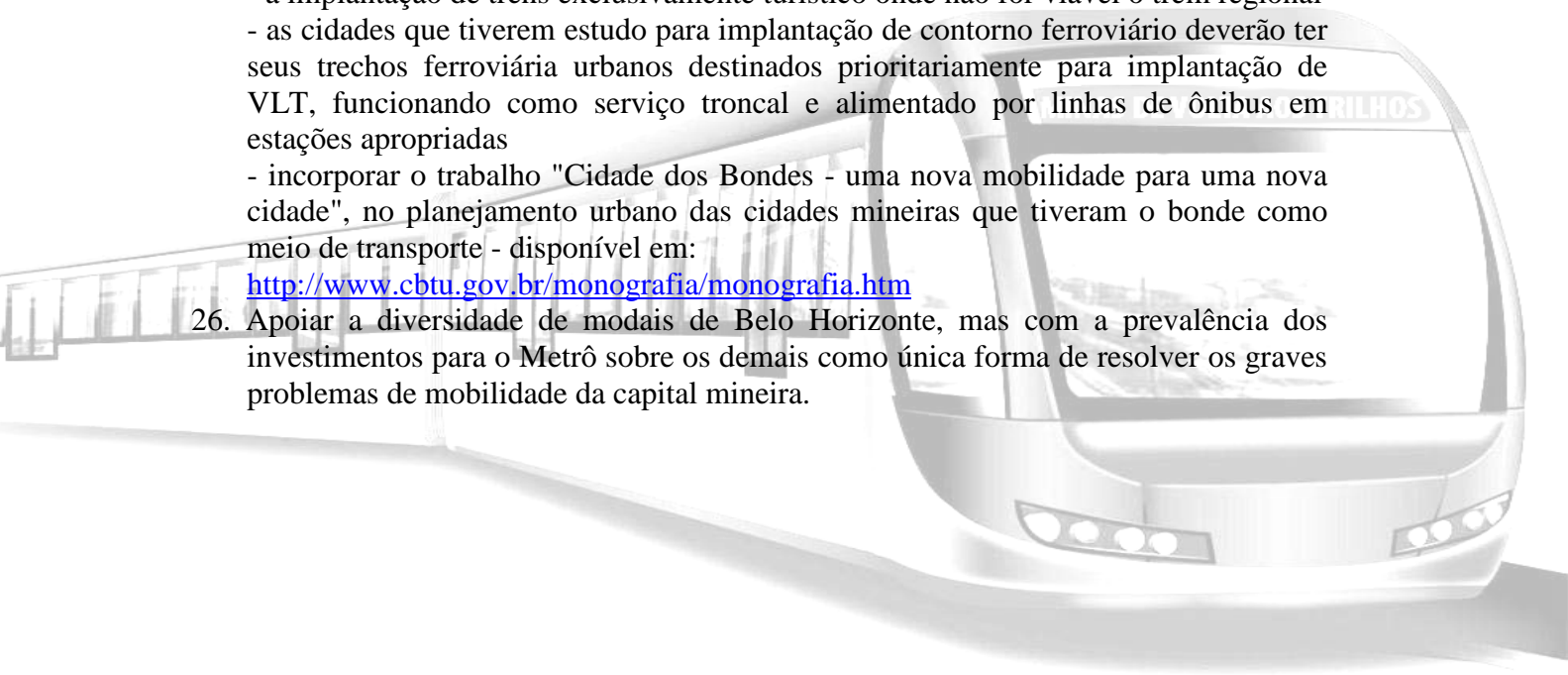
17. Que os Governos, federal e estaduais, estimulem e apoiem a participação dos TTCs em todos os fóruns, comissões, grupos de trabalhos, comitês, que tratem de questões importantes ligadas ao setor ferroviário.

18. Que a ANTT dedique especial atenção à fiscalização da operação de todos os TTCs ora em operação no Brasil, objetivando a melhoria na qualidade, confiabilidade e segurança nos serviços prestados.

19. Que o resgate, a preservação, a valorização e a difusão do patrimônio histórico e cultural ferroviário e a revitalização do transporte sobre trilhos no Brasil sejam considerados como estratégias e ações prioritárias pelos Poderes Executivo e

Legislativo, em seus três níveis – federal, estadual e municipal.

20. Que os Governos, federal, estaduais e municipais, estimulem e apóiem a formação e capacitação de profissionais de nível técnico e superior para desempenhar suas atividades nos TTCs, garantindo a segurança operacional e qualidade nos serviços prestados no setor ferroviário.
21. Que a Comissão dê ampla divulgação a esse manifesto, publicando no D. Oficial do Estado e encaminhando para todas as autoridades mencionadas ao longo do texto, em especial, para Frente Parlamentar Federal das Ferrovias, liderada pelo Deputado Pedro Uczai (SC).
21. Que o DNIT com base **na Lei Nº 10.233, DE 05/06/2001, Arts. 80, 81, inciso II, 82 inciso IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI, Art. 89, IV**, que administrada diretamente a ferrovias brasileiras, continue viabilizando a realização de convênios dos bens móveis e imóveis da Extinta RFFSA para as prefeituras e entidades sem fins lucrativos, visando dar continuidade aos programas de implantação, operação, manutenção de trens turísticos no Brasil.
23. Que os projetos de trem turísticos em andamento no Estado de Minas Gerais (Expresso Vale Verde, Expresso Pai da Aviação, Rio Acima e etc), sejam classificados pelas autoridades competentes, como projeto de interesse público para o desenvolvimento do turismo no Estado de Minas Gerais e do Brasil, com isto, o DNIT e SPU facilite a cessão de bens moveis e imóveis da Extinta RFFSA, que o Governo Federal e o Governo Estadual possibilidade o acesso à fonte de recursos financeiros públicos e privados, visando a reformas dos bens públicos dos projetos e sua implantação.
24. Que os poderes executivos e legislativos – federal, estaduais e municipais – se empenhem na criação de programas e projetos voltados para o estímulo e o financiamento de produtos culturais diversos – livros, revistas, filmes, cds, espetáculos teatrais e outros – que abordem a temática ferroviária e que se destinem ao público escolar do ensino básico – níveis fundamental e médio – com o intuito de democratizar informações sobre o passado e o presente do transporte ferroviário e contribuir para a formação da cidadania.
25. A criação de um centro de pesquisa estadual a ser localizado numa cidade que possui relevância ferroviária histórica
 - a implantação de trens exclusivamente turístico onde não for viável o trem regional
 - as cidades que tiverem estudo para implantação de contorno ferroviário deverão ter seus trechos ferroviária urbanos destinados prioritariamente para implantação de VLT, funcionando como serviço troncal e alimentado por linhas de ônibus em estações apropriadas
 - incorporar o trabalho "Cidade dos Bondes - uma nova mobilidade para uma nova cidade", no planejamento urbano das cidades mineiras que tiveram o bonde como meio de transporte - disponível em:
<http://www.cbtu.gov.br/monografia/monografia.htm>
26. Apoiar a diversidade de modais de Belo Horizonte, mas com a prevalência dos investimentos para o Metrô sobre os demais como única forma de resolver os graves problemas de mobilidade da capital mineira.



27. A cidade de Lavras por sua vez, sofre com a necessidade urgente de atender a demanda da população que hoje atingiu a marca de 92.200 habitantes fixos, sem contar a população de alunos da **UFLA** – Universidade federal de Lavras de mais ou menos 10.000 alunos e que não constam do ultimo senso! Sem contar a população flutuante de pessoas vindas de outras cidades da região para trabalhar que pode variar de quinze a vinte mil habitantes extras. Números que também constam pessoa que vêm aqui para comprar ou pagar suas contas na cidade. Estes números também implicam no aumento de veículos nas ruas, tornando um caos à mobilidade urbana da cidade em alguns dias da semana. De forma que a comunidade reforça o pedido de socorro da Prefeitura Municipal de Lavras ao Governo do Estado e à **FCA-Ferrovia Centro Atlântica S/A**, medidas urgentes para o alargamento de todas as passagens por sobre ou sob a ferrovia que atravessa nosso município. Além de que consideramos crítica a ausência de passarelas fazendo a ligação dos bairros separados pela via férrea! Estas e ainda a entrega urgente do patrimônio da **RFFSA** ao município são demandas irrevogáveis e de extrema urgência para a população de lavras, que vive as voltas com enormes transtornos provocados pelo o abandono do patrimônio da antiga **RFFSA** na região. O **CFVV** em parceria com as Prefeituras locais, busca criar projetos para ocupar estes espaços, que podem contribuir e muito para e melhoria de qualidade de vida de dezenas de milhares pessoas que carecem de oportunidades. A comunidade da região vem a sugerir igualmente na viabilização deste trem **VLT** do vale verde inicialmente proposto somente para fins turísticos na região, que ele possa igualmente operar como veículo de transporte de massas entre perdões e carrancas, durante os dias da semana. Tirando veículos das estradas contribuindo com a melhoria da mobilidade urbana.

Belo Horizonte – MG, 23 de agosto de 2011.

ASSINAM ESTA CARTA:

Cesar Mori Junior
Presidente do CFVV

Sávio Luiz Ferreira Neves Filho
Presidente da ABOTTC

Francisco Sávio Maurício de Araújo
Diretor Comercial da Bom Sinal /SA

Deputado Duílio de Castro
Requerente desta audiência

Dra. Zani Cajueiro Tobias de Souza
Procuradora de República no Estado

Agostinho Patrus Filho
Secretário de Estado de Turismo

Eliane Parreiras
Sec. de Estado de Cultura

Carlos Melles
Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas

Jussara Menicucci de Oliveira
Prefeita de Lavras

Cassiano Alcantra
Secretário municipal de Turismo e Cultura de R. Vermelho



Professor Victor José Ferreira

MPF – Movimento de Preservação Ferroviária
Colaborador na elaboração desta carta

Antonio Pastori

Presidente da AFPF – Associação Fluminense de preservação Ferroviária
Colaborador na elaboração desta carta

Flavio Iglesias

Diretor do CRAT Rio Acima e idealizador do Trem das cachoeiras
Colaborador na elaboração desta carta

Paulo Henrique do Nascimento

Presidente da OSCIP AMIGOS DO TREM
Colaborador na elaboração desta carta

Nelson Dantas Filho

Presidente da ONGtrem - Transporte e Ecologia em Movimento, no estado da Bahia
Colaborador na elaboração desta carta

Marcos Paulo de Souza Miranda

Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

Sávio Luis Ferreira Neves Filho

Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais-Rio de Janeiro, Diretor do Trem do Corcovado, Diretor institucional da NPTRILHOS e Presidente de Honra do CFVV.

Francisco Sávio Mauricio Araújo

Gestor de Contrato da empresa Bom Sinal Industrial e Comercial Ltda de Fortaleza

AENFER- MG – Associação de Engenheiros Ferroviários de Minas

AFERJ – Associação de Ferreomodelismo mineiro em Belo Horizonte

Bruno Campos

ABPF de São João Del Rei

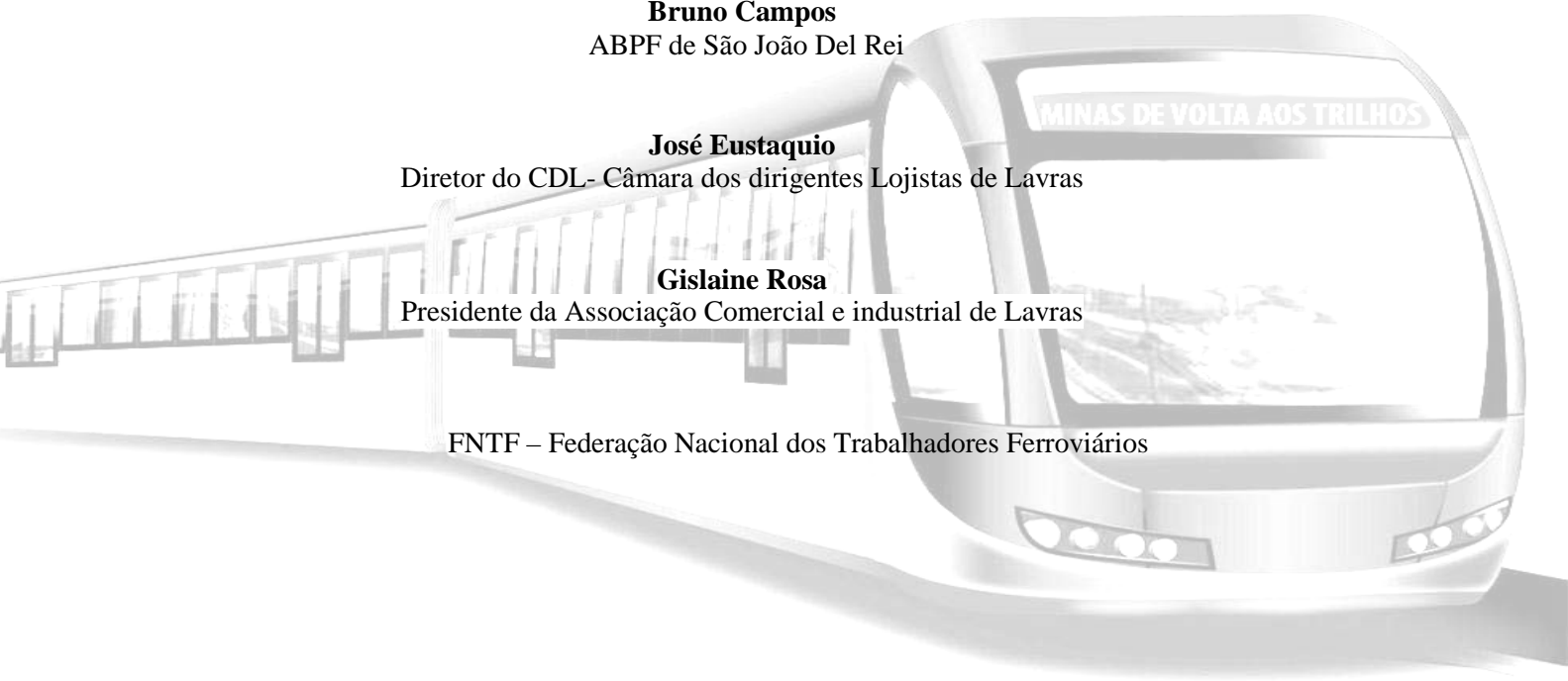
José Eustaquio

Diretor do CDL- Câmara dos dirigentes Lojistas de Lavras

Gislaine Rosa

Presidente da Associação Comercial e industrial de Lavras

FNTF – Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários



Marcos Vitorino
Presidente do COMTUR de lavras – Conselho Municipal de Turismo de Lavras
Instituto Uniarte – RJ

Jesus José Kimaid
Presidente do Núcleo de Esportes de Aventuras de Lavras

PCBM – Ponto de Cultura Barão de Mauá

PMBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

UFLA – Universidade Federal de Lavras

SPPF – Sociedade de Pesquisa e Preservação Ferroviária.

COMTUR - RA – Conselho Municipal de Turismo de Rio Acima

COMPAC - RA – Conselho Municipal do Patrimônio e Cultura de Rio Acima

CRAT – Centro de Referência Ambiental e Turística

TREM das Cachoeiras – Rio Acima, em implantação.

Renata Couto
Diretora de Turismo de Nova Lima

Rotary Clube Lavras

Presidente da Câmara Municipal de Lavras
Vereador Evandro Castanheira Lacerda

Vereador Julio de Mello

Vereador Ênio Mendes de Siqueira

Vereador Edson Alves de Abreu

Vereador Sebastião dos Santos Vieira

Vereadora Helena Maria Nogueira

Vereador Anderson Marques **OS TRILHOS**

Vereador Daniel Costa

Vereador Dr. Hélio Addad

Vereador Marcos Cherem